

TECNOPOLÍTICA: A MEDIAÇÃO DAS REVOLUÇÕES ATUAIS¹

ENTREVISTA COM FRANCISCO
SIERRA CABALLERO

O professor e doutor Francisco Sierra Caballero é um daqueles pesquisadores com produção tão constante que o currículo não cabe em uma apresentação. São mais de 38 livros publicados e incontáveis artigos, palestras, apresentações. Natural da região das montanhas de Granada, na Espanha, nutre duas grandes paixões, segundo ele: a Comunicação e a América Latina.

Catedrático da Universidade de Sevilla, fundou a Revista de *Estudios para El Desarrollo Social de La Comunicación* – Redes.com e o *Grupo Interdisciplinario de Estudios en Comunicación, Política y Cambio Social* – Compolíticas - que reúne investigadores espalhados em diversos países da Europa e América Latina.

Em sua trajetória acadêmica, coordenou projetos de Investigação e Desenvolvimento para a Comissão Europeia, Capes, CNPq, Conacyt, Colciencias e para o Plano de Investigação e Desenvolvimento da Espanha. A paixão pela América Latina o levou a presidência da *Unión Latina de Economía*

¹ Traduzido do espanhol e transcrito por Denise Becker, estudante de graduação do curso de Jornalismo do Centro Universitário Internacional (Uninter).

Nívea Bona

bonanivea@gmail.com

Doutora em Comunicação Social pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(Unisinos)

Guilherme Carvalho

guilhermegdecarvalho@gmail.com

Doutor em Sociologia e professor de
jornalismo do Centro Universitário
Internacional (Uninter)

118

DOI: [dx.doi.org/10.21882/ruc.v5i9.715](https://doi.org/10.21882/ruc.v5i9.715)

Recebido em: 27/09/2017

Aceito em: 15/11/2017

Política de la Información, la Comunicación y la Cultura – ULEPICC e à diretoria do *Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina* – CIESPAL.

Para a Revista Uninter de Comunicação, Sierra falou sobre o conceito de Tecnopolítica e deu conselhos para o desenvolvimento de pesquisas em grupos quando os integrantes estão fisicamente afastados.

A entrevista foi realizada no Congresso da International Association For Media e Communication Research (IAMCR) em 19 de julho de 2017.

RUC: Na apresentação do seu projeto de pesquisa (IAMCR 2017) você traz alguns eixos epistemológicos que se correlacionam, como os movimentos sociais, cidadania, comunicação, internet, ciberdemocracia, participação e ciberativismo. A

partir dessa correlação, você pode apontar o que é tecnopolítica?

Francisco Sierra Caballero: A Tecnopolítica é uma nova forma de mediação em que a questão da tecnicidade, como fala Martín Barbero, de ser a questão mediocêntrica tem uma forte relevância, porque são as democracias agora que dependem de algoritmos da informação e de conhecimento. Por isso, grande parte da ciência política fala da transparência, fala de confiança, são questões que tem a ver com comunicação. A tecnopolítica é um espaço de mediação do espaço público que depende centralmente do político, da informação, da comunicação, do conhecimento. E grande parte das crises agora tem a ver com essa centralidade. Essa centralidade, nós, da comunicação, apontamos faz muito tempo. Acho que desde os anos 80 que vimos falando da centralidade da comunicação. Mas agora, com as tecnologias da informação, essa centralidade dita as formas de governo local, as formas de expressão pública e os modos de vida, as ecologias da vida da gente. É central, e muitas disputas da democracia têm a ver com o algoritmo, tem a ver como essas tecnologias podem mudar, por exemplo, os processos eleitorais que aconteceram nos Estados Unidos ou nos referendos, como o referendo pela paz que teve lugar aqui na Colômbia. Esta centralidade não é menor, é uma questão que cada vez é mais evidente, é determinante. Mas, temas que infelizmente não estão na agenda, como bens comuns, economia, desenvolvimento local, estão cada vez mais mediatizados pelas TICs. Nesse âmbito nós temos que trabalhar propostas democratizadoras que são centrais. Não somente a extensão, difusão, ideologia, influência da opinião pública, é muito mais essa dimensão transversal presente nos aspectos

neurais, centrais da política pública em geral.

O conceito de tecnopolítica só faz sentido quando se relaciona com comunicação?

Nas mediações. Não é uma questão somente de como se desenvolvem competências digitais para as pessoas, não é só o acesso frente ao digital, é muito mais que isso, é justamente a construção de sentido de habitar em comum. E a comunicologia é a ciência do comum, é uma ciência que fala de comunidade, que fala de construção coletiva, que fala de sujeitos. Então repetir algumas interpretações da Tecnopolítica como “tudo muda porque temos um cérebro que permite interagir de maneira muito produtiva”, é uma visão determinista tecnologicamente e mediocêntrica. Falar de comunicação é falar justamente da extensão tecnológica de uma visão mais aberta à cultura, à mediação, à construção do comum.

Nesse projeto de investigação, você aponta grupos alternativos escolhidos em países dos hemisférios Sul e Norte e sabemos que você estuda a América Latina há muitos anos. Você pode explicar essa escolha?

Bom, eu prefiro falar de Sul global, porque os países que estão envolvidos são Itália, Portugal, Espanha, são o Sul do Norte. Essa situação geopolítica não é casual, nós os escolhemos porque não é casualmente que estão emergindo esses processos. Em concreto, na União Europeia, a política de austeridade está prejudicando os países do Sul de maneira muito clara. É o caso de Portugal, da Espanha, da Itália. No fundo, a questão é como novos movimentos emergentes surgem como movimentos sociais nessa periferia, que efetivamente e geopoliticamente até

formam parte da EU, mas são o Sul global. Eles formam parte de uma situação de dependência tecnológica, de dependência cultural, de dependência econômica. Os movimentos que estão emergindo lá, não estão surgindo na Inglaterra ou Alemanha. Há movimentos de tecnopolítica, mas não são tão relevantes, significativos, então nós quisemos fazer primeiro um estudo comparativo do que está acontecendo em diferentes cidades e países do Sul global com a movimentação que envolve as tecnologias e os novos movimentos sociais. Desse modo, queremos ver certas singularidades que precisamos destacar, mas também aspectos similares nas formas de estética, política, auto-organização e participação cidadã.

E do ponto de vista teórico, você consegue observar um processo de inversão em que o Sul passa também a ser referência, trazer metodologias ou teorias que podem ajudar a explicar essa realidade?

Um dos objetivos da pesquisa é procurar propor novas conceitualizações. Nós estamos assumindo mais a ideia “pós-obreirista” ou “neo-marxista” de Negri², de multitudes conectadas. Estamos procurando ver novos sujeitos, novas suscetibilidades políticas e tentar formular uma teoria e também novos métodos de pesquisa nesse âmbito. Estes são nossos objetivos, mas fazendo um quadro comparativo e um trabalho em rede em diferentes países. Para nós é muito importante a América Latina, aceitando a tese da cultura Barroca que iniciou Calabrese³, que diz que estamos num tempo de crise civilizatória e,

² NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Multidão. Guerra e democracia na era do Império. Record. São Paulo, 2004.

³ CALABRESE, Omar. A idade neobarroca. São Paulo, Martim Fontes; Lisboa, edições 70. 1988 (1987)

portanto, de mudança, e muitas formas estéticas relacionais estão muito parecidas com o que aconteceu no Barroco porque o que aconteceu na sociedade moderna com a indústria capitalista, estamos passando de novo, numa nova fase de transição. Então as estéticas provavelmente se manifestam de forma muito mais clara na América Latina porque é uma modernidade diferente. E essa modernidade diferente se traduz em formas criativas e originais de mudanças em torno das TICs. Nós sabemos que historicamente a comunicologia latino-americana teorizou muito sobre a alternatividade e sobre comunicação popular e comunitária com uma visão teórica, metodológica e prática. E agora, nessa transição, eu acho que também na Tecnopolítica. Por exemplo, a reforma agrária aqui na Colômbia, a “Revolución de los Pinguinos” do movimento estudantil no Chile, “Yo soy 132” no México, a defesa dos estudantes normalistas de Ayotzinapa (México), são formas demonstrativas dessa hipótese do neobarroco. E as características das culturas populares na América Latina, como as resistências modernas ao governo neoliberal, ocidental, capitalista, se manifestam com maior virulência, por tradição, aqui na América Latina. É uma tradição teórica que nós queremos reivindicar e recuperar para repensar a Tecnopolítica.

Você tem pesquisadores espalhados para coletar dados nesses países a fim de desenvolver esse estudo comparativo. Sabemos que você já fez trabalhos assim anteriormente e conseguiu resultados. Perguntamos como é possível juntar essas pessoas, de diferentes realidades, com diferenças estruturais, sociais e econômicas das diferentes instituições para trabalhar e pesquisar o mesmo escopo? Como é que você trabalha a metodologia em conjunto?

Eu não seria tão otimista com a rede. Sinceramente fiz milhares de redes. O próprio ULEPICC surge como uma rede de pesquisas. Mas o problema não é tanto as instituições, porque para a pesquisa você não precisa das instituições, precisa das pessoas. Bem, não sei, no Brasil vocês têm uma pesquisa científica moderna, estão acostumados ao orçamento. Na Espanha e no México eu aprendi a fazer pesquisa em rede sem orçamento, sem nada, só com gente que queira cooperar. Somando esforços fizemos, por exemplo, nos anos 90 e 94, liderado pelo professor Jesus Galindo, a rede mais importante de formação de cultura de pesquisa metodológica de todo país. E essa rede logo foi para a Argentina, Colômbia, Espanha, Brasil e partiu de gente que era ou jovem, muito novinha, ou gente sênior, mas com trajetória, mas sem apoio de nenhuma universidade. Essa rede ia ofertar um diploma de cultura em pesquisa nas universidades e as pessoas estavam interessadas em fomentar a cultura de pesquisa. Inicialmente essa rede partiu sem nada. Em verdade, os projetos que lidero de pesquisa formal de sistemas de (I+C) tecnologia é muito difícil e há 3 fatores. Um é institucional: as agências de pesquisa falam em internacionalizar, mas quando você apresenta projetos de pesquisa internacional, elas te prejudicam. Eu consegui financiar projeto em grupos na Itália, Portugal, na América Latina e ainda são avaliados negativamente. O segundo passo complicado é a cultura de cooperação, acho que esse é o ponto mais importante. Os pesquisadores em Ciências Sociais, diferente das ciências mais duras, não temos cultura colaborativa ou para projetos em comum, menos ainda a nível internacional. Então minha perspectiva nisso é muito negativa, não é tão fácil. Não temos cultura colaborativa, falando de projeto de pesquisa em geral. Cada um tem seu

pequeno grupinho fechado e só assim se faz, não há partilha. Minha visão, nesse sentido é de que fiz muitas redes cooperativas mas com um grande esforço e não com resultados ótimos, exatamente por essas dificuldades. E cada um tem o seu tempo. Eu falei lá sobre a temporalidade, suas lógicas institucionais, e suas próprias prioridades. Então só consegui definir um projeto com uma metodologia, com o compromisso das pessoas, e digo, compromisso voluntário. Eu tenho um orçamento muito limitado e não posso enviar para Espanha, Itália, Portugal, México e Brasil. Posso me comprometer é com publicações, redes e projetos de parceria. Então a cultura da colaboração eu acho que é o mais difícil. Em Ciências Sociais temos que aprender a trabalhar mais em equipe, de maneira colaborativa e com grandes projetos. Por exemplo, um dos objetivos em ULEPICC é fazer estudos comparados. Não é possível fazer estudos de políticas públicas em Estado-nação. Temos que falar de telecomunicações, grandes conjuntos, redes internacionais e alcançar grandes projetos assim, conseguindo uma pessoa, uma equipe, e assim sucessivamente. E a outra é a questão econômica, pois projetos de pesquisas internacionais têm pouco orçamento e poucas instituições que financiam. Falam muito de internacionalização, mas de fato eu não tenho na Espanha financiamento para redes internacionais. Consegui envolver meus colegas de sempre neste projeto, mas a avaliação é negativa em outros países. Conseguimos, com dificuldade, conseguimos.

Como é que você resolve a metodologia nessas investigações que reúnem pesquisadores de diversos contextos? O processo é colaborativo?

Nós produzimos um rascunho porque senão não conseguimos construir o projeto. Você tem uma data, tem que apresentar o projeto. Damos um tempo de comentários, emendas. Se ninguém falar nada, vamos em frente. Mas vamos fazendo ajustes. Por exemplo, o movimento “Passe Livre” não serve mais no Brasil, vamos ver as redes de resistência ao golpe de estado. O caso, por exemplo de Chile. Movimento Mapuche estava bom, mas vamos ver também o movimento estudantil. Tivemos que fazer ajustes, por um lado no objeto de pesquisa e num segundo também de técnicas. Por exemplo, eu propus laboratórios cidadãos, mas tem gente que nunca fez metodologia participativa que está incomodada com essa metodologia. Ficam preocupados porque nunca fizeram, então estamos dando assistência metodológica nos passos. Outra dificuldade: produzimos análise das redes sociais, temos que ter uma metodologia para a visualização de dados, etc. Nós mesmos que formamos o grupo, treinamos e preparamos porque precisamos também cumprir os prazos.

Esse treinamento é presencial, temos encontros, onde estão convidados os principais responsáveis (porque não temos orçamento para toda a equipe) de cada país, para estar em Sevilla e temos reuniões internas e workshops específicos com técnicas, para depois levar o conhecimento para os seus próprios grupos. Esse é um projeto importante de colaboração. Nós temos uma série de pesquisadores sérios. Logo eles têm autonomia para que apresentem esse projeto em seu país, formem a sua equipe, para fazer pesquisa pensando em questões locais. Esse é um compromisso de redes internacionais, mas também aproveitar o projeto para desenvolver iniciativas nacionais. Temos coordenação, mas também autonomia. Tenho

hoje 14 pesquisadores envolvidos formalmente, e eles têm equipes de, no mínimo, cinco, seis pessoas e, no máximo, dez por país.

Alguns autores, como Gutiérrez- Rubí⁴, entendem que a correlação entre a tecnologia e a comunicação contribui para o desenvolvimento de uma democracia real e talvez a busca de uma cidadania efetiva. Mas há casos, como o Brasil, que apontam o contrário, evidenciando o avanço das forças conservadoras que são expressas pelo meio das mídias digitais. Como você vê essa crítica?

Essa é uma prova mais de certo idealismo em relação à tecnopolítica que vai criar a democracia 4.0, ou que a democracia agora com a rede internet vai ser efetiva, ou ainda, a ideia de que a rede é sempre horizontal... Não é verdade! Qualquer um que faz sociologia sabe, por exemplo, que núcleo familiar é uma rede, mas são redes de parentescos e são verticais: pai-filho, mãe-filho, são redes verticais. A rede internet não é democrática. Suas governanças são anti-democráticas e, portanto, se pode, como de fato, se faz, utilizar para golpe de estado. A teoria estratégica que o departamento de estado dos Estados Unidos aplica não só no Brasil, mas em outros países, como, por exemplo, o referendo para reeleição de Evo Morales, onde está intervindo e fazendo uma articulação para orientar a influência. Com a diferença que esse modelo estabelece o império do individualismo metodológico: a ideia de que o cidadão só tem a rede. Assim, do mesmo modo que tem a dependência no grupo Globo, agora tem a dependência das redes que estão com

⁴ GUTIERREZ-RUBÍ, Antoni. La política vigilada. La comunicación política en la era de Wikileaks. Editorial UOC, Barcelona, 2011.

os *bots*, com as diferentes estratégias, com as *fake news*, com os diferentes sistemas de desinformação, propaganda e guerra psicológica influenciando. O último livro que editei na Ciespal - A guerra da informação - fala disso, do imperialismo dos EUA na América Latina utilizando inicialmente os grandes *media* e agora a ciberguerra. A ciberguerra é o uso instrumental das TICs. Por isso, pensar que as TICs são libertadoras, é determinismo tecnológico e idealismo. As TICs são espaços de disputas de hegemonia e contra-hegemonia que temos que libertar, começando pelo governo da internet, que não é democrático, e continuando também com a formação da cidadania para o uso libertador e emancipador. Nós nos ocupamos do cibervivismo como processo de emancipação social, de movimentos da ação coletiva e protesto para reivindicar seus ajustes, equidade, igualdade. Mas estamos pensando também na Tecnopolítica para as novas formas de golpismo na América Latina, então, isso implica que não há tecnologia neutra e que além disso precisamos disputar as políticas de telecomunicações que são colaboradoras e ainda pensar esse paradoxo com os movimentos sociais, alertar para o problema da vigilância do Estado, do controle de dados pelo Estado que é o principal provedor, controlador e exportador da mineração dos dados mas que é justamente o capital privado e as grandes corporações que estão por trás destes golpes de Estado e deste processo de reversão de avanço democrático na América Latina. Mudar o foco, eu acho absurdo e irresponsável, e certo libertarismo que termina sendo mais liberalismo do que emancipação para os povos. O controle é do capital privado, o financiamento das telecomunicações é uma situação desafiadora, que deve ser disputada. A verdade é que o Estado é até agora um grande apêndice das corporações

do capital. Em termos de teoria marxista e capital monopolista, que já se teorizava nos anos 70, agora a concentração é maior em comunicações hiper concentradas. Então nem sequer os grupos Globo e Televisa têm um papel relevante nos próximos anos, pois já estão sendo deslocados por grandes plataformas como Netflix e por grandes corporações que têm o controle, como Google, sobre o que acontece no espaço público. E são instituições de algoritmo não transparentes e não democráticas sob interesse do capital financeiro que estão em nossos países.